

PREFEITURA MUNICIPAL DE IACANGA

CONCURSO PÚBLICO Nº 04/2023

JULGAMENTO DOS RECURSOS

Português

Controlador Interno e Profissional de Educação Física

Questão 01

"Anexados" possui 8

letras e 9 fonemas:

/a/ /n/ /e/ /k/ /s/ /a/ /d/ /o/ /s/ - o "x" apresenta dois sons distintos.

"Campinas" possui 8 letras e 7 fonemas:

/c/ /ã/ /p/ /i/ /n/ /a/ /s/ - as letras "a" e "m" formam um dígrafo, uma vez que a função do "m" é apenas nasalizar o "a", não sendo pronunciado.

Recurso indeferido.

Questão 05

É correta a afirmação de que o verbo "prender" é regular, porém o enunciado da questão é claro e específico: aponta-se um aspecto particular desse verbo (quanto às formas de particípio), que não ocorre com todos os verbos do português. Portanto, "devido a suas formas de particípio", "prender" é classificado como "abundante".

É importante observar que não se pede a classificação de suas formas nominais, mas sim do próprio verbo.

Recurso indeferido.

Questão 07

Houve falha na elaboração da questão: não há alternativa correta.

Recurso deferido, a questão será anulada.

Matemática

Controlador Interno

Questão 12

Suponhamos que uma pessoa pese 50kg, então em gramas o seu peso é 50000, a razão pedida no enunciado é: $50000/50 = 1000$. Dado que a relação entre gramas e quilogramas é sempre a mesma, a razão será 1000 independente do peso da pessoa. Atente-se para ordem em que a razão pedida no enunciado, é a razão entre gramas e quilogramas e não o contrário. Alternativa correta, letra E.

Recurso indeferido.

Específicas

Controlador Interno

Questão 16

O gabarito preliminar foi a letra D, pois o controle judicial pode ser exercido em situações que precedem a edição do ato maculado por vício, todavia o recurso questiona que a alternativa A estaria correta, mas a única correta é a "D", pois vejamos o conceito:

Existe diferença conceitual entre revogar e anular, a revogação refere-se ao poder discricionário do administrador que pode lançar mão de um juízo de conveniência e oportunidade de extinguir atos administrativos **legais**, portanto só pode ser realizada pela **própria** Administração, não se abrindo essa perspectiva ao Judiciário, no entanto, a anulação só deve ser realizada em atos

eivados de vícios que os tornem ilegais, com efeito *ex tunc*, ou seja, retroagem até a origem do ato, impossibilitando, via de regra, a invocação de direitos adquiridos.

Sendo assim, é incorreto dizer que o judiciário (controle judicial) possui a finalidade de revogar atos considerados ilegais, pois atos ilegais devem ser ANULADOS.

Recurso indeferido.

São Paulo, 16 de junho de 2.023

Banca Examinadora do Concurso Público nº 04/2023 da Prefeitura Municipal de Iacanga